

Regulamento Interno do CLASViseu

Conselho Local de Acção Social de Viseu

Preâmbulo

A Rede Social, criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, e complementada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, pretende criar “um fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar. A Rede Social deverá, no entanto, assumir uma postura activa de ir ao encontro das diferentes entidades que actuam no domínio social, suscitando a sua participação”.

A implementação da Rede Social decorre de um trabalho desenvolvido, ao longo dos anos, em parceria com instituições públicas e privadas, materializando-se no desenvolvimento de programas e projectos de intervenção social. O trabalho de parceria desenvolvido pelos diversos projectos e programas implementados no nosso Concelho contribuíram para a consciência colectiva da necessidade de constituição de um órgão concelhio, que através de estratégias de intervenção planeada e concertada possam contribuir de uma forma mais eficaz para a erradicação da pobreza e exclusão social.

O CLASViseu deve dispor de um Regulamento Interno, onde se estabeleçam regras de parceria, composição, organização e funcionamento, a fim do mesmo poder exercer as suas competências e atingir os seus objectivos. O presente instrumento tem natureza flexível, pelo que poderá vir a ser actualizado/reajustado às necessidades/realidades locais.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objecto

O presente regulamento interno destina-se a definir e a dar a conhecer os princípios a que obedece a constituição, organização e funcionamento do Conselho local de Acção Social de Viseu, abreviadamente designado por CLASViseu, constituído a 12/06/2008, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que instituiu a Rede Social e do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objectivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competências dos seus órgãos.

Artigo 2º

Natureza

1. O CLASViseu é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento local.
2. O CLASViseu é constituído por entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, com intervenção directa ou indirecta na área social e a que ele adiram de livre vontade.
3. O CLASViseu baseia-se num trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.
4. As decisões tomadas no CLASViseu devem, numa lógica de compromisso colectivo, constituir indicações que influenciem as tomadas de decisão de cada um dos parceiros.

Artigo 3º

Objectivos

O CLASViseu tem como principais objectivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado através da implementação do planeamento integrado e sistemático, que potencie sinergias, competências e recursos;
- c) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- d) Garantir a integração dos objectivos da promoção para a igualdade do género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- e) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização de respostas e equipamentos ao nível local;
- f) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral;
- g) Dinamizar e articular as comissões sociais de freguesia;
- h) Apreciar os problemas e propostas que sejam apresentadas pelas comissões sociais de freguesia, ou por outras entidades, e a procura de soluções necessárias mediante a participação de entidades representadas ou não no Conselho, designadamente os serviços autárquicos de acção social;
- i) Conhecer protocolos e acordos celebrados entre o Estado, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social e outras entidades que actuem no domínio social;
- j) Promover colóquios e iniciativas afins visando a melhor consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, o empenhamento na respectiva solução e a partilha de responsabilidades.

Capítulo II

Estrutura Orgânica

Artigo 4º

Estruturas Orgânicas da Rede Social

A Rede Social do Concelho de Viseu é composta por um Conselho Local de Acção Social, que integra o Plenário e respectivo Núcleo Executivo, e por Comissões Sociais de Freguesia, ou Inter Freguesias, adiante designadas por CSF/CSIF.

Artigo 5º

Âmbito Territorial

O âmbito territorial do CLASViseu é o Concelho de Viseu.

Artigo 6º

Sede de Funcionamento

O CLASViseu tem sede nas instalações da Unidade Orgânica de Ação Social do Município de Viseu, sita na Rua João Mendes N.º 51 2.º Esquerdo, 3500-142 Viseu, a qual é responsável pelo apoio logístico ao seu funcionamento.

Artigo 7º

Composição do CLAS

Consultar anexo ao presente regulamento, onde são identificadas as entidades que compõem o CLASViseu.

Artigo 8º

Estrutura do CLAS

1. O CLAS é constituído pelo Plenário e pelo Núcleo Executivo.

2. Para prossecução dos objectivos do CLAS, podem ser criados grupos de trabalho temáticos, de carácter sectorial ou territorial, em resposta à multidimensionalidade e transversabilidade das problemáticas que requeiram um tratamento específico.

Secção I

Plenário dos CLAS

Artigo 9º

Do Plenário

1. O Plenário é uma estrutura de carácter deliberativo onde têm assento os representantes das instituições referidas no anexo 1 a este regulamento.
2. O CLAS é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu ou por Vereador com competências delegadas, sem possibilidade de subdelegação.
3. Os membros das entidades que constituem o CLAS têm, obrigatoriamente, de estar mandatados com poder de decisão.
4. Podem também participar nos trabalhos do CLAS, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parcerias que intervêm designadamente no âmbito social e da educação, representantes de projectos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias, conforme previsto no n.º 3 do art. 21º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

Artigo 10º

Adesão e processo de constituição

1. O processo de adesão ao Plenário do CLASViseu é concretizado em formulário próprio.
2. A constituição do CLASViseu é feita em sessão plenária, ficando registada em acta assinada por todos os parceiros aderentes.
3. A adesão de entidades privadas bem como de pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, carece da aprovação de 1/3 dos membros que compõem os CLAS.

Artigo 11º

Competências do Plenário

1. Compete à presidência do CLAS:
 - a) Representar o CLAS;
 - b) Convocar sessões ordinárias e extraordinárias;
 - c) Admitir propostas e informações;
 - d) Dirigir os trabalhos, nomeadamente os pontos de agenda;
 - e) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão ou encerramento;
 - f) Conceder a palavra aos membros e assegurar o cumprimento da agenda;
 - g) Limitar o tempo de uso da palavra para assegurar o bom funcionamento dos trabalhos;
 - h) Dar oportuno e resumido conhecimento ao plenário das informações, explicações e convites que lhe forem dirigidos;
 - i) Por à discussão e votação as propostas e informações;
 - j) Tornar públicas as deliberações aprovadas pelo plenário;
 - k) Informar o plenário de todos os pareceres emitidos pelo núcleo executivo;
 - l) Assegurar em geral o cumprimento do regulamento e das deliberações.

2. Compete ao Plenário do CLAS desenvolver as competências estatuídas no artigo 26º do Decreto-Lei n.º 115/2006:
 - a) Aprovar o seu regulamento interno;
 - b) Proceder à constituição do seu núcleo executivo;
 - c) Criar grupos de trabalho, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
 - d) Fomentar a articulação entre organismos públicos e entidades privadas, visando uma actuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
 - e) Promover e garantir a realização participada do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e dos respectivos Planos de Acção anuais;
 - f) Aprovar e difundir o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, assim como os seus respectivos Planos de Acção anuais;

- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correcta actualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto de Segurança Social, ISS, I.P;
- h) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo;
- i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as Instituições de Solidariedade Social e outras entidades que actuem no Concelho;
- j) Apreciar os problemas e propostas que sejam apresentadas pelas Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no Conselho Local de Acção Social;
- k) Avaliar, periodicamente, a execução do PDS e dos planos de acção;
- l) Promover acções de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência colectiva dos problemas sociais;
- m) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção.

Artigo 12º

Funcionamento do Plenário

1. O CLASViseu funciona em três plenários anuais;
2. O CLASViseu poderá reunir-se extraordinariamente em Plenário, por iniciativa da sua presidência ou quando solicitado por 1/3 dos membros que o compõem, devendo para o efeito ser remetida uma convocatória da presidência, com uma antecedência mínima de oito dias úteis e com a indicação do assunto que se deseja ver tratado.
3. As convocatórias são sempre feitas pela presidência do CLAS e remetidas com, pelo menos, oito dias de antecedência seguindo a convocatória via CTT, correio electrónico ou qualquer outro meio que possa confirmar a sua recepção:
 - a) Das convocatórias deve constar a ordem de trabalhos e os textos das propostas a apreciar;
 - b) No início da sessão os membros do plenário fixarão a respectiva duração, bem como da realização ou não de um intervalo;

- c) Os assuntos que, por falta de tempo, ficarem por decidir, transitarão para a agenda de um plenário extraordinário a realizar-se no prazo de quinze dias.
- 4. Sempre que necessário, o CLASViseu poderá organizar-se em grupos de trabalho.
- 5. As sessões de plenário são abertas à população, ainda que sem direito de voto.

Artigo 13º

Sistema de Representatividade

1. Uma vez que o número de entidades que integra o CLASViseu é superior a setenta e cinco, deverá, em algumas situações e de acordo com o Decreto-Lei n.º 115/2006, accionar-se o sistema de representatividade, conforme a seguir se define:
 - a) Compete ao Núcleo Executivo coordenar, por áreas de actividade, a eleição das respectivas entidades;
 - b) A designação das entidades deverá ser efectuada de dois em dois anos, em reunião, por sectores de intervenção, convocada pelo Núcleo Executivo.

Artigo 14º

Quórum e Deliberações

1. Em caso de falta de quórum, o plenário reunirá trinta minutos depois com os membros presentes.
2. O CLASViseu delibera por maioria de votos dos membros presentes, não contando as abstenções para o apuramento de maioria e em caso de empate o presidente tem direito de voto de qualidade.
3. Cada membro do plenário tem direito a um voto.
4. As propostas são submetidas à votação imediatamente a seguir à sua discussão.

Artigo 15º

Actos do CLAS

1. Os actos do CLASViseu são inscritos em acta sob a forma de propostas, resoluções e informações, devidamente numeradas e datadas.
2. O CLASViseu pode deliberar não submeter à votação determinada proposta e endereçá-la para o Núcleo executivo ou Grupo de Trabalho a fim de aprofundar, estudar e testar.
3. As propostas aprovadas são inscritas em acta como resoluções ou informações.

Artigo 16º

Actas e Registos de Presenças

1. De cada reunião é lavrada uma acta, onde se registam os assuntos tratados, à qual será anexada a folha de presenças, que será apreciada e aprovada na reunião seguinte.
2. A responsabilidade de elaboração da acta cabe por inerência à entidade que detém a Presidência do CLASViseu ou pela entidade que esta vier a designar.
3. Em caso de deliberações urgentes será elaborada acta em minuta que será posta à aprovação dos membros presentes.

Artigo 17º

Direitos e deveres dos membros do CLAS

1. Constituem, entre outros, direitos dos membros do CLAS:
 - a) Estar representado em todas as reuniões plenárias do CLAS;
 - b) Ser informado, pelos restantes membros do CLAS, de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
 - c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das actividades do CLAS.
2. Constituem, entre outros, deveres dos membros do CLAS:
 - a. Informar os restantes parceiros do CLAS acerca de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
 - b. Garantir a permanente actualização da base de dados locais;

- c. Participar activamente na realização e actualização do Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção;
 - d. Colaborar, mediante disponibilização dos recursos existentes, na elaboração, implementação e concretização do Plano de Acção.
3. Perante o não cumprimento dos deveres inscritos no n.º 2 por parte de um membro do CLAS, o Núcleo Executivo pode apresentar ao plenário a proposta da sua suspensão temporária, pelo prazo de seis meses. No caso de violação grave dos deveres e do regulamento interno poderá ser proposta a suspensão definitiva.
 4. No final da suspensão temporária, o representante da entidade passará a ser convocado, sem necessidade de iniciar novo processo de adesão.
 5. A sanção da suspensão definitiva não se aplica aos membros obrigatórios do CLAS.

SECÇÃO II

Núcleo Executivo

Artigo 18º

Composição do Núcleo Executivo

1. O Núcleo executivo é composto por cinco elementos.
2. Integram obrigatoriamente o Núcleo Executivo um representante da Segurança Social, da Câmara Municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo.
3. Os elementos do Núcleo Executivo não abrangidos pelo n.º 2 são eleitos pelo CLAS de dois em dois anos.

Artigo 19º

Competências

1. São competências do Núcleo Executivo do CLAS:
 - a) Elaborar o regulamento interno do CLAS;
 - b) Executar as deliberações tomadas pelo plenário do CLAS;

- c) Elaborar proposta do plano de acção anual do CLAS e do respectivo relatório de execução;
- d) Assegurar a coordenação técnica das acções realizadas no âmbito do CLAS;
- e) Elaborar o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os respectivos planos de acção anuais;
- f) Proceder à montagem do Sistema de Informação e Comunicação, que favoreça a actualização permanente e a partilha da informação indispensável à circulação da informação entre os parceiros e a população em geral;
- g) Colaborar na implementação do Sistema de Informação Nacional;
- h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do CLAS delibere constituir;
- i) Promover Acções de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- j) Acompanhar a execução dos planos de acção anuais;
- k) Elaborar os pareceres e relatórios que lhe sejam solicitados pelo CLAS;
- l) Estimular a colaboração activa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS;
- m) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no Diagnóstico Social e no Plano de Desenvolvimento Social;
- n) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no Concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

CAPITULO III

Disposições Finais

Artigo 20º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor logo que aprovado, por maioria dos presentes, em reunião de Plenário.

Grupo Dinamizador do CLASViseu

Data ____/____/____